

18º Congresso Brasileiro de Sociologia,
26-29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

GT 21 Movimentos sociais rurais e Estado: conflitos territoriais e lutas
por direitos e reconhecimento

**O Movimento dos Pequenos Agricultores: a utopia de uma
“nova” agricultura**

CLEBER JOSÉ BOSETTI

Universidade Federal de Santa Catarina, Campus de Curitibanos (SC)
Departamento de Ciências Naturais e Sociais
E-Mail: cleber.bosetti@ufsc.br

Resumo

Nas últimas décadas, a agricultura brasileira expandiu a vinculação de suas atividades ao controle econômico e social das grandes empresas. Apesar dos resultados econômicos exaltados, o agronegócio trouxe implicações de ordem econômica e social, como o aumento da importância do capital como fator de produção, a desigualdade social no campo e os problemas ambientais e de saúde associados ao uso dos agroquímicos. O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) emergiu neste cenário e apresenta um projeto político que se propõe repensar a forma de se fazer a agricultura. A partir de articulações feitas com intelectuais, agentes estatais e lideranças sindicais que despontaram a partir da década de 1990, o movimento construiu um aparato teórico e político de contraposição à lógica do agronegócio e de crítica à política agrícola do Estado brasileiro. Assim, o centro do projeto político do MPA passou a ser a ideia de uma agricultura familiar camponesa e agroecológica. Como o MPA construiu sua identidade política? Quais ações o movimento tem realizado têm realizado para aplicar seu projeto? Qual sua posição dentro do campo sociopolítico das disputas em torno da agricultura? A fim de responder a essas questões, este artigo buscará explicar, as condições socioeconômicas e políticas para a emergência do movimento, quem são os atores envolvidos, o projeto político defendido, a construção da identidade sociopolítica e as disputas simbólicas envolvendo outras entidades representativas da agricultura de base familiar. Assim, poder-se-á dimensionar a trajetória propositiva deste movimento social.

Palavras-chaves: MPA, agricultura camponesa, desenvolvimento rural.

Introdução

O movimento dos pequenos agricultores –MPA– emergiu em um contexto de fortalecimento da democracia na sociedade brasileira, com forte atuação de vários movimentos sociais propositivos durante a década de 1990. Tal movimentação ocorreu em função da debilidade das políticas agrícolas voltadas para os segmentos da agricultura de base familiar no período. A redução drástica dos investimentos estatais no setor desde meados da década de 1980, a ausência de políticas públicas diferenciadas para os chamados “pequenos agricultores¹” e a abertura liberal promovida pelo Estado brasileiro, fizeram com

¹ A denominação pequenos agricultores era utilizada como elemento identitário por parte dos movimentos sociais e sindicais, especialmente pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais filiados a CUT no Sul do Brasil. Posteriormente, com a construção da categoria Agricultura Familiar e de sua correspondente sociopolítica, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF-, tal denominação foi sendo substituída. O MPA, ao afirmar sua posição política, continuou utilizando a expressão pequenos agricultores. A fim de facilitar a dimensão discursiva, bem como por uma compreensão acadêmica, o presente texto utilizará a expressão agricultura de base familiar para designar genericamente os agricultores que fazem parte deste extrato social da agricultura brasileira.

que a situação socioeconômica dos pequenos agricultores piorasse sensivelmente.

A existência de um movimento indica que algumas forças estão sendo empreendidas na direção de algo. Movimentar-se de um ponto a outro, em se tratando da sociedade, significa que determinados agentes e/ou grupos sociais não estão satisfeitos com o *status quo* em que se encontram. Neste sentido, um movimento social sempre carrega consigo, ainda que por vezes de forma implícita, a perspectiva de transformação da sociedade. Isso configura o *ser* de um movimento social.

O impulso das forças com o intuito de realizar seus projetos e objetivos é composto de estratégias, mobilizações, discursos, articulações e lutas. Todo o conjunto de práticas e representações mobilizadas pelos agentes para que o movimento aconteça, configura o *fazer* de um movimento social. Este fazer se constitui dentro de um campo de disputas que envolvem seus seguidores e simpatizantes, bem como seus oponentes. O MPA não foge a esta regra e, desde sua constituição, carrega a ideia da construção de uma proposta alternativa de agricultura e de desenvolvimento rural que se configura conflitante em relação à política de desenvolvimento rural hegemônica existente no país.

Como caracterizar as proposições políticas do MPA? Afinal, qual agricultura e quais agricultores o projeto político do movimento busca construir? Que tipo de ações o movimento tem realizado na direção da construção de seu ideário propositivo? Este artigo procura analisar a constituição do MPA, sua forma de atuação política e, especialmente, a transposição de seu projeto político.

1- Conjuntura desfavorável

A partir da década de 1990 a agricultura brasileira passou por significativas mudanças decorrentes da liberação dos mercados, da introdução de novas tecnologias que, de um modo geral, proporcionaram o desenvolvimento das cadeias do agronegócio. Estas mudanças desencadearam maior competitividade do mercado de produtos agrícolas, drásticas oscilações nos preços dos produtos, novas exigências sanitárias e, de um modo geral, maior dependência do setor em relação às indústrias do agronegócio. Diante de tais mudanças, os agricultores de base familiar passaram por um momento de re (invenção) no que diz respeito às suas organizações políticas e representativas.

A política de liberalização comercial da economia brasileira iniciou-se no final da década de 1980, com a redução gradativa de tarifas aduaneiras, com o fim da suspensão da importação de alguns produtos e com a redução de tributos sobre a importação (DELGADO, 2011, p.291). A partir do governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1991), houve uma intensificação nas medidas liberalizantes com a intenção de atrair investimentos externos para a economia nacional, seguido de um amplo processo de privatização das empresas estatais de acordo com o chamado “Consenso de Washington”². Os demais governos, durante a década de 1990, adotaram políticas semelhantes.

As políticas macroeconômicas de liberalização dos mercados dos produtos agrícolas estimularam a concorrência com outros países e abriram o mercado brasileiro para empresas vinculadas ao setor agropecuário. Isso foi feito como parte das estratégias de crescimento econômico fundamentado nas exportações e em consonância com a política da Organização Mundial de Comércio – OMC –. Pode-se dizer que esse conjunto de medidas fundamentou o que se convencionou chamar de política do agronegócio, isto é, um conjunto de ações e medidas tomadas pelo Estado com o intuito de promover a expansão das atividades econômicas da agropecuária e da agroindústria.

Esse novo quadro político e econômico da agricultura demandou exigências de qualificações sanitárias, logísticas e de competitividade que jogaram a renda para baixo, o que favoreceu a produção em escala (WILKINSON, 2008, P.83-84). Por isso, a orientação da política do agronegócio acabou sendo mais favorável, em um primeiro momento, para os médios e grandes produtores. O fato é que a agricultura de base familiar, no contexto inicial do processo de liberalização, passou por grandes dificuldades no que diz respeito à alocação de recursos para realizar os investimentos necessários a sua inserção nos mercados competitivos.

Como a agricultura é uma atividade econômica de natureza diferenciada, mesmo com uma política econômica de orientação liberal, o Estado acabou

² O Consenso de Washington é o nome dado a um conjunto de medidas liberalizantes, formuladas por economistas de instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, em um encontro realizado na cidade de Washington em 1989. Estas medidas eram fundamentadas num texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, e se tornaram a política oficial do FMI em 1990, quando esta passou a ser sugerida para promover o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

reforçando seu papel de intervenção no setor via política agrícola. Em função das regras ancoradas pela Organização Mundial do Comércio – OMC – a política agrícola deixou de ser pontualmente reguladora, como a política de preço dos produtos, por exemplo, para assumir uma função mais efetiva no âmbito da política macroeconômica (BUAINAIN, 2007). Além disso, procurou proporcionar algumas condições gerais em termos de infraestrutura, da padronização da qualidade, das questões fitossanitárias, enfim, um conjunto de medidas orientadas para assegurar as condições necessárias para a inserção do país no competitivo comércio mundial de *commodities* agrícolas.

Assim, as políticas macroeconômicas³ como a cambial, a monetária, a comercial e a taxa de juros tornaram-se, em certa medida, os principais mecanismos utilizados para interferir na dinâmica da agricultura (DELGADO, 2008, P209). Além disso, o Estado retomou gradativamente, especialmente a partir do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), a política setorial, principalmente através do crédito. Outras formas de intervenção do Estado, como a pesquisa e a extensão rural, neste período, tiveram forte aporte na iniciativa privada (BOSETTI, 2013).

Do ponto de vista produtivo, as implicações dessa orientação das políticas econômicas e agrícola trouxeram inegavelmente uma nova fase de expansão produtiva ao setor (MALIN, 2002, p.204)⁴. Este aspecto foi possível graças às inovações tecnológicas no campo das máquinas e do melhoramento genético (BALSADI et al. 2002, p.24). Além disso, houve uma diminuição dos custos com equipamentos e insumos (LUNA; KLEIN, 2007, P.153-155) já que algumas tarifas referentes à importação dos mesmos também foram reduzidas (DELGADO, 2011).

Se o agronegócio em geral experimentou um período de expansão econômica, do ponto de vista social as consequências do processo de liberalização foram danosas. Alguns aspectos da política agrícola aplicada

³ “A política macroeconômica é composta basicamente pela combinação das políticas fiscal, monetária, comercial e cambial. Ela busca, em essência, influenciar diretamente o nível e a composição da demanda agregada” (DELGADO, 2008, P.208).

⁴ Marlin (2002) apresenta alguns dados apontando que a produtividade da agricultura brasileira saltou de 57,8 milhões de toneladas de grãos na safra 1990-1991, para algo próximo a 100 milhões na safra 2000-2001, resultados obtidos praticamente na mesma área de plantio. O fato é que nessa conjuntura os índices de produtividade aumentaram e a agricultura de exportação de alguns produtos, como o açúcar e a soja, ganharam representatividade, impulsionando o setor do agronegócio.

durante a década de 1990 foram negativos para a agricultura de base familiar, especialmente para os produtores menos “estruturados” economicamente. Isso porque houve um grande aumento dos custos financeiros para os agricultores devido às elevadas taxas de juros, à escassez de fontes baratas de crédito rural e à desarticulação da política de preços mínimos (DELGADO, 2011, P.319).

A desmontagem do sistema e dos instrumentos de proteção e de promoção públicos do desenvolvimento rural, decorrentes da desregulação e da liberalização comercial dos anos 1990, foi desfavorável aos agricultores de base familiar, pois provocou perda de renda, de emprego e de área cultivada nesse período (DELGADO, 2011, P.333). Com poucos recursos para fazer os investimentos necessários à produção e sem garantias diante das oscilações do mercado, os agricultores de base familiar viram sua vulnerabilidade aumentar ainda mais.

Diante de situação, as entidades representativas como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG- o Movimento dos trabalhadores Sem Terra – MST- e da recém-fundada Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF-, com o apoio de outros movimentos sociais, pleitearam a construção de políticas públicas específicas para os agricultores de base familiar. A principal conquista foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – durante primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).

Juntamente com o PRONAF emergiu a categoria Agricultura Familiar. Até então, os agricultores de base familiar recebiam outras denominações como a de pequenos produtores, pequenos agricultores, pequenos proprietários, etc. Em função da pressão exercida pelos movimentos sociais⁵, bem como por pressões exercidas por organizações internacionais como a FAO, afinal, a fome e a miséria no campo e na cidade, chamaram a atenção pôr estarem presentes em um dos maiores países do mundo em termos de produção agrícola.

A construção da categoria agricultura familiar e da afirmação da necessidade de políticas públicas diferenciadas para esses segmentos, iniciou-se a partir de um estudo realizado pela parceria FAO/INCRA que fez um

⁵ Um movimento importante, por sua capacidade de mobilização, na época, foi *O Grito da Terra Brasil*. Organizado pela CONTAG em parceria com outras entidades e movimentos sociais, este movimento deu visibilidade aos agrários e sociais do Brasil durante a década de 1990.

levantamento das condições gerais em que se encontravam os agricultores brasileiros (GUANZIROLI, 2001; SCHNEIDER, 2003). Esses estudos serviram de base para a formulação das políticas públicas que vieram, posteriormente, atender as demandas dos agora denominados agricultores familiares.

De certa forma, a categoria Agricultura Familiar foi cunhada para responder tanto as demandas por crédito quanto para organizar a distribuição do mesmo. Além disso, serviu para construir uma representação positiva e moderna dos segmentos a que se propunha denominar/representar, ou seja, para sustentar a ideia de uma agricultura de base familiar competitiva e moderna a fim de legitimar as próprias políticas públicas que estavam sendo aplicadas. Ao que parece, a ideia era aglutinar um conjunto diverso de agricultores em uma mesma categoria. Se, do ponto de vista operacional das políticas públicas, isso fazia sentido e era necessário, do ponto de vista sociopolítico, logo surgiram cisões.

Nesse período havia pelo menos três grandes demandas nos segmentos familiares: a dos agricultores de base familiar mais integrados às cadeias produtivas; a dos menos integrados e que estavam em condições precárias; e a dos assalariados rurais. A primeira grande cisão se deu com a separação dos assalariados rurais dos agricultores de base familiar, ambos até então representados pela CONTAG. Assim, foi fundada a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF –, inicialmente criada no sul do Brasil e posteriormente estendida às demais regiões, conforme lembra (RICCI, 2009, p.333). A FETRAF passou a atuar principalmente em nome dos agricultores familiares, ainda que tenha sido os movimentos sociais capitaneados pela CONTAG⁶ que ajudou a cunhar a expressão Agricultura Familiar no período (SCHNEIDER, 2003, p.99).

Porém, nem a categoria agricultura familiar e as respectivas políticas públicas foram satisfatórias a todos os agricultores de base familiar, especialmente para os segmentos menos “modernizados”. Assim, algumas entidades que representam parte dos agricultores de base familiar continuaram utilizando nomenclaturas costumeiras como a de camponês e pequeno agricultor. Com isso fortaleceram-se as organizações ligadas à Via campesina, como o

⁶ A CONTAG continuou comportando tanto os interesses dos agora chamados agricultores familiares, quanto dos assalariados rurais.

Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA – e o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC – que passaram a advogar um discurso mais acentuado em prol de projetos alternativos de desenvolvimento rural para os agricultores de base familiar.

A retomada da categoria camponês representou uma forma de resistência à política agrícola ancorada na liberalização dos mercados, à globalização, à lógica do agronegócio e às teorias que afirmavam o fim do campesinato. “Ironico che saranno proprio le aziende *contadine* quelle che potranno offrire resistenza a condizioni di mercato mutevoli e molto peggiorate” (PLOEG, 2005, p.04). A adoção da lógica camponesa, isto é da maior autonomia em relação ao mercado e da produção diversificada, tornou-se uma alternativa às adversidades econômicas da agricultura moderna que havia se aprofundado no Brasil.

Dessa forma, pode-se dizer que a conjuntura da década de 1990 representou um marco político fundamental para a agricultura de base familiar. A liberalização dos mercados, combinada com as políticas macroeconômicas do governo federal, promoveram uma grande expansão do agronegócio. Isso até foi positivo para a agricultura patronal e para os segmentos mais modernizados da agricultura familiar, porém foi desastroso para os demais. Diante dessa situação adversa, os movimentos sociais se reinventaram e ajudaram a construir importantes marcos legais para o desenvolvimento da agricultura de base familiar. Além disso, fortaleceram suas bases filosóficas e políticas na direção da construção de perspectivas alternativas de desenvolvimento rural. A afirmação de uma identidade camponesa veio de encontro com tal perspectiva.

2- Constituição e mobilização do MPA

O movimento dos pequenos agricultores (MPA) surgiu no Rio Grande do Sul em meados da década de 1990. A insatisfação com a política agrícola existente no país naquele contexto e a crise de representatividade no âmbito das organizações sindicais, somadas ao evento climático da estiagem na safra 1995-1996, fez com que um grande número de agricultores familiares deste Estado se mobilizasse.

Durante os meses de Janeiro e fevereiro de 1996, cerca de 25.000 pequenos produtores reuniram-se e formaram cinco acampamentos. Estes foram

conhecidos como os acampamentos da seca, dentro do Estado do Rio Grande do Sul (SILVA, 2014). A partir desses acampamentos se deu a emergência de um movimento que apresentou outra perspectiva política e identitária para os agricultores de base familiar.

Neste contexto, a dinâmica dos mercados globais competitivos demandou maior capacidade de competitividade para o setor agrícola. Programas como o PRONAF foram criados com o intuito de promover a inserção dos agricultores de base familiar dentro dessa nova lógica de produção e comercialização. Entretanto, esta política não foi suficiente para solucionar os problemas sociais e econômicos enfrentados pelos agricultores de base familiar. Por isso, “o surgimento do Movimento é a expressão de contradições e de interesses sociais não atendidos e não contemplados pelas políticas agrícolas neoliberais” (CANDONÁ, 2004).

A relação entre as posições ocupadas pelos agentes sociais e suas condições socioeconômicas, políticas e culturais produz a reunião desses agentes. “A proximidade no espaço social define uma potencialidade objetiva de unidade” (BOURDIEU, 1996, P.25). Embora isso não seja suficiente para assegurar tal unidade, é sobre esse assento social que determinadas formas de cooperação são construídas. A percepção do espaço social, dos agentes e de seus respectivos interesses, produz as divisões e os agrupamentos identitários.

Neste sentido, a constituição político-identitária do MPA, dentro do campo sociopolítico que envolve a agricultura brasileira, deu-se através de uma dupla oposição. Por um lado a oposição ao agronegócio e aos segmentos sociopolíticos que o apoiam; por outro, a crítica às entidades da agricultura de base familiar que, à primeira vista, aderiram politicamente aos imperativos da lógica do agronegócio. Com o passar do tempo, a posição do MPA foi se radicalizando dentro deste campo com a afirmação de uma identidade camponesa para o movimento. Ao mesmo tempo houve uma reaproximação política com as demais entidades representativas da agricultura de base familiar, aspecto que pode ser visto no *Encontro Nacional dos Trabalhadores Unitário dos Povos dos Campos, das Florestas e das Águas*, realizado em 2012⁷.

⁷ Este encontro foi uma tentativa de aproximar diversas entidades representativas de diversos segmentos sociais que, de alguma forma, exercem atividades agrícolas, pesqueiras e extrativas. A identidade camponesa parece ter sido o ponto nodal para se criar uma identidade comum.

“A posição dos agentes no espaço social é um ponto de referência para a identidade, mas isso não significa que este espaço seja homogêneo” (BOURDIEU, 2004, P.155-156). Por isso as identidades se reconfiguram conforme as interações dos agentes com a dinâmica do mundo social e econômico. A afirmação de uma identidade camponesa por parte do MPA pode ser entendida como um ponto de afirmação diante das (im)possibilidades criadas pela agricultura globalizada e competitiva do agronegócio. A lógica camponesa configura-se como uma estratégia de resistência e de abertura para outra perspectiva de desenvolvimento, inclusive com a criação mercados alternativos.

Conforme uma das lideranças nacionais do MPA:

Nós lutamos muito pelo PRONAF, parte da nossa luta foi por crédito subsidiado. Depois a gente percebeu que essa conquista se voltou contra nós, porque ela foi sendo direcionada para esse projeto de especialização. O PRONAF foi pensado e funciona a partir da lógica da cadeia produtiva, numa determinada cadeia produtiva. A partir do ano 2003 nós começamos a fazer as críticas ao PRONAF. Nós apresentamos uma proposta de um crédito de reestruturação da propriedade, sendo que nós não tínhamos na época os elementos que temos hoje para discutir esse assunto. Mas nós queríamos que o PRONAF financiasse o sistema de produção camponês e não uma cultura ou uma cadeia produtiva. (Entrevista realizada 19/07/2012).

A posição do MPA em relação às políticas públicas voltadas para a agricultura de base familiar possui três fases. Na primeira, o movimento reivindicou o acesso às políticas como o PRONAF, já que nem todos os agricultores conseguiam acessá-lo; na segunda reivindicou melhorias no programa, como a redução dos juros e a criação de programas diferenciados para atender às demandas plurais existentes; na terceira teceu uma crítica incisiva à lógica de dependência estimulada por esse tipo de política de crédito.

É neste momento que ocorreu uma guinada política importante no movimento. À crítica à política agrícola existente somou-se um alinhamento político aos movimentos da *Via Campesina*⁸, fato que propiciou uma

⁸ A Via Campesina é uma espécie de Movimento Social de caráter internacional que se constituiu na década de 1990. Em geral, é composta por um conjunto amplo de organizações e movimentos sociais de vários países que compartilham um projeto político de desenvolvimento rural diferente daquele que está estruturado hegemonicamente na atualidade. No presente trabalho fizemos o recorte de trabalhar com três movimentos ligados à Via Campesina: MPA, MMC e MST. Porém, há outros movimentos vinculados à Via Campesina como os Quilombolas e o Movimento Camponês Popular, por exemplo, que não serão contemplados aqui pelo fato de que isso abriria um leque de questões que fogem ao escopo do presente trabalho.

reconfiguração na identidade política do MPA. A denominação *pequenos agricultores* já sinalizava uma crítica à categoria agricultura familiar utilizada pelo Estado e por outras entidades representativas. No entendimento das lideranças do MPA, o termo agricultura familiar indica uma posição de maior conformidade em relação às políticas de desenvolvimento rural vinculadas à lógica do chamado agronegócio. Diante da seletividade das políticas e da discordância ideológica em relação às mesmas, o MPA buscou o revigoramento do termo camponês.

A identidade camponesa, construída neste momento, formalizou uma nova plataforma de reivindicações e de ações políticas articuladas pelo MPA. Se, por um lado, o MPA firmou alianças com os demais segmentos políticos da agricultura de base familiar na crítica a lógica do agronegócio, por outro, aprofundou seu posicionamento na construção de uma perspectiva de desenvolvimento rural centrada na ideia de uma agricultura camponesa alicerçada nos princípios da agroecologia.

Outro aspecto que chama atenção na formação organizacional e identitária do MPA é sua autoafirmação como uma entidade classista. Embora apresente muitas características dos movimentos sociais contemporâneos e suas características propositivas em termos de ação coletiva⁹, a análise de conteúdo dos textos e publicações do movimento possibilita perceber a recorrência da expressão *classe camponesa*. Essa afirmação se complementa na correlação ideológica de que a classe camponesa deve produzir alimentos para a classe trabalhadora urbana.

Com essas disposições políticas e ideológicas, o MPA passou a mobilizar-se na reivindicação por políticas públicas voltadas para a afirmação de uma agricultura camponesa. Esta teria como diferenciais a valorização dos saberes tradicionais, a busca de técnicas de produção baseadas na agroecologia, a maior autonomia possível dos agricultores em relação às agroindústrias e a construção de mercados alternativos para a comercialização da produção. Destas mobilizações surgiram experiências em várias regiões do país.

⁹ Ver: GOHN, Maria da Glória, 1997.

3- Projeto político, identidade e ações práticas

Primeiramente é preciso destacar que as práticas camponesas são plurais. Com o desenvolvimento da agricultura moderna, muitas delas foram deixadas de lado, outras adaptadas e algumas resignificadas. A ideia de uma agricultura camponesa agroecológica não chega a ser uma invenção dos movimentos sociais contemporâneos, afinal, possui bases concretas em diversas práticas históricas inspiradas no saber camponês. A retomada deste ideário pelo MPA deve-se às adversidades impostas pela agricultura moderna competitiva e a tentativa de viabilizar uma estratégia de manutenção das unidades produtivas de base familiar.

O projeto político do MPA está alicerçado na ideia de uma agricultura camponesa de base agroecológica. O movimento não surgiu com este ideário, mas foi construindo-o com o passar do tempo. A ênfase do binômio campesinato/agroecologia tornou-se o pilar da estratégia política de construção de uma perspectiva alternativa ao modelo do agronegócio. Conceber isso como um projeto é significativo por se tratar de uma ação política concertada, tendo em vista a construção de novas perspectivas de produção e de relações socioambientais.

Vivemos momentos de disputa de projetos para os pequenos agricultores, agronegócio e agricultura camponesa são projetos antagônicos, que não têm condições de conviver, para um avançar o outro precisa retroceder. Esta relação é estabelecida pela dinâmica da luta de classes no campo. A mais de 200 anos três teses sobre o campesinato se confrontam, uma delas aponta para O Fim do Campesinato em duas categorias: empregados e patrões. Outra defende a especialização do Camponês negando o modo de ser de viver e de produzir camponês (sua cultura) o transformando em uma categoria profissional – Agricultor Familiar. A terceira afirma a possibilidade de resistência e reafirmação camponesa mesmo em uma sociedade capitalista – O fim do fim do Campesinato. (<http://mpabrasil.org.br/soberania-alimentar-e-projetos-em-disputa/>)

A construção do projeto político do MPA se dá pela contraposição ao chamado modelo do agronegócio. Este é visto como um modelo de produção que gera a concentração da riqueza, a degradação ambiental, a dependência do agricultor em relação às grandes indústrias, a insustentabilidade energética, o encarecimento dos produtos agrícolas para os trabalhadores urbanos e os danos à saúde da população... Em certa medida a agricultura moderna apresenta estas

características e isso serviu de substrato à elaboração do *Plano Camponês*, o alicerce do projeto político do movimento.

O Plano camponês está em contradição com o Agronegócio, representado pelo capital financeiro, pelas multinacionais e latifundiários, apoiados pelo Estado Brasileiro. O Agronegócio é o projeto da burguesia no Campo. Ele é o nosso inimigo central. Ele é que nos explora nos preços, ele é que nos rouba as terras, ele é que nos impõe os pacotes tecnológicos, suga os recursos do Estado, destrói a biodiversidade, contamina o meio ambiente e tem o foco na produção de commodities, por isso não alimenta o povo. (<http://mpabrasil.org.br/2106-2/>)

A crítica ao agronegócio e à inserção dos agricultores de base familiar no mesmo, estimulados pelas políticas públicas do governo federal na década de 1990, fez com que o MPA reelaborasse a ideia de uma forma de produção camponesa.

Agricultura camponesa não é só um jeito de produzir no campo. É um modo de viver. É uma cultura própria de relação com a natureza. É uma forma diferenciada de vida comunitária. Na agricultura camponesa o trabalho é familiar, não assalariado, não capitalista. Mas esta forma de agricultura não se define só pela forma como trabalha. A luta por autonomia frente ao mercado e as políticas de industrialização da agricultura é uma constante. Essa luta se caracteriza pela produção incessante de uma base de recursos autocontrolada e autogerida e pelo desenvolvimento de formas camponesas de produção em cooperação com a natureza viva. A economia camponesa não é apenas uma célula econômica. É um projeto que inclui produção e tecnologia, cultura e relações sociais e interação com a natureza. A virtude de sua economia é constituir-se em unidade de produção e consumo, em ser espaço de convivência que através das comunidades e suas empresas cooperativas constroem uma relação ampliada, maior que ela mesma, unindo unidades de produção, comunidades e territórios. O campesinato é compreendido como forma de produzir e viver, com particularidades culturais marcadamente regionais, mas com uma base material comum que produz interesses sociais, econômicos e políticos que o unificam colocando-o como um sujeito político na história nacional em confronto com os interesses das classes dominantes e o pacto de poder manifesto nas políticas de Estado(...). <http://www.mpabrasil.org.br/biblioteca/textos-artigos/programa-sustentabilidade-camponesa>).

A retomada do termo camponês foi um elemento importante na construção da identidade sociopolítica do MPA¹⁰. A apropriação do termo camponês pelo

¹⁰ A identidade se faz através de um conjunto de posições dispersas e como forma de sobredeterminação estabelecida por elas mesmas. Isso significa que elas são construções sociais formuladas a partir das posições antagônicas criadas no âmbito sociopolítico (LACLAU; MOUFFE, 1985, P.158).

MPA pode ser entendida como um recurso político estabelecido pelo movimento para reforçar sua identidade de luta em prol dos agricultores de base familiar que não se enquadraram na política de constituição de uma agricultura familiar modernizada e inserida funcionalmente na lógica do agronegócio. Além disso, a combinação agricultura camponesa agroecológica faz uma distinção de outras experiências de produção orgânica e agroecológica realizadas em grandes propriedades¹¹ que, apesar de seguirem parcialmente os princípios técnicos da agroecologia, utilizam formas de trabalho assalariado.

Neste sentido, o termo camponês torna-se uma categoria política que aglutina “os que estão fora”, ao mesmo tempo em que projeta um campo ideológico com pretensões revolucionárias no que diz respeito às relações econômicas, sociais e ambientais. O uso político do termo campesinato também visou, inicialmente, marcar uma linha de separação dentro do campo sociopolítico em relação às demais entidades representativas da agricultura de base familiar, como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG – e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF –. A “recuperação” do termo camponês foi feita, conforme palavras do presidente nacional do MPA:

Através de um trabalho de pesquisa com apoio do NEAD e da UNESP no qual produzimos uma coletânea chamada “A história social do campesinato”, contendo nove livros e cinco tomos. Com isso, acabamos produzindo um leque grande de documentação sobre o campesinato, principalmente pela recuperação de livros que estavam por aí, mas que estavam esquecidos. Tudo isso foi nos ajudando numa elaboração nova para aquilo que nós chamamos de plano camponês. Tudo isso foi consolidando nossos conceitos e embasando um projeto novo que nós estamos aos poucos tentando consolidar. (Entrevista realizada em 19/07/2012).

A ideia de uma forma camponesa de produção como alternativa ao modelo produtivista hegemônico foi uma construção sociopolítica mediada pela presença de intelectuais e representantes de outros movimentos sociais, especialmente dos movimentos ligados à *Via Campesina*. A crítica ao termo agricultura familiar deve ser entendida como uma nuance política, pois o projeto político do MPA visa, primordialmente, o fortalecimento da agricultura de base familiar. Por isso, a

¹¹ Um dos casos exemplares de deste tipo de experiência é o da Fazenda da Toca no Estado de São Paulo. Esta possui uma produção de orgânicos em larga escala utilizando-se parcialmente dos princípios da agroecologia.

distinção Agricultura Familiar/Camponês não está sendo usada para demarcar uma diferença social em termos de forma de produção, mas para fazer uma distinção política no âmbito do horizonte das perspectivas de desenvolvimento rural. Isso porque o termo camponês foi resignificado para aproximar o discurso político do MPA a uma concepção de agroecologia contraposta à perspectiva produtivista do agronegócio.

A forma de produzir não constitui necessariamente um modo de produção, mas uma forma específica de se produzir que pode ser compatível dentro de um modo de produção mais amplo (SHANIN, 2005). As práticas atribuídas pelo discurso oficial do movimento a uma peculiaridade camponesa foram, de fato, desenvolvidas historicamente pelos agricultores de base familiar que se identificavam e, principalmente, eram identificados, a partir de outras categorias como as de pequeno produtor, por exemplo. Já o sentido político do termo camponês, tal como é significado pelas entidades ligadas à Via Campesina, indica uma posição contra-hegemônica em relação à agricultura produtivista, na medida em que propõe uma relação de afastamento das prerrogativas do mercado e das cadeias do agronegócio.

Nesses termos, há uma resignificação dos termos camponês e agricultura camponesa. O *ser* e o *fazer* camponês são política e socialmente reinventados. Ser camponês implica, nestes termos, aderir às práticas agroecológicas, algo que não fazia necessariamente parte da identidade dos camponeses do passado, pois suas práticas, em geral, não coincidiam com os princípios agroecológicos.

A forma de conceber a produção e o uso dos recursos de forma otimizada na propriedade constituem as condições fundamentais da agricultura camponesa. Esta pode ser entendida, entre outras coisas, como a luta por autonomia num contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação (PLOEG, 2008). Assim, o modo de fazer camponês consiste na criação e desenvolvimento de uma base de recursos, autocontrolada e autogerenciada, que fomentam a autonomia diante das dificuldades de acompanhar as exigências da agricultura produtivista.

Conforme aparece no plano camponês do MPA:

Entendemos que camponês é todo aquele ou aquela que vive na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai à mesa de sua família, na mesa dos trabalhadores urbanos e até mesmo na mesa dos nossos exploradores, a classe dominante

(...). Sabemos também que o agronegócio no Brasil, os grandes latifundiários junto das empresas que atuam no campo e os governos, tem outro projeto para o campo, que estão implantando para acabar com os valores camponeses. Esse projeto é a chamada agricultura familiar, que traz uma visão capitalista da agricultura, por que acredita que um pequeno produtor deve se integrar aos grandes, e propõe uma mudança do jeito de ser das famílias, tornando- as “modernas”, na lógica do mercado e do consumismo do capital. Assim elas produzem monoculturas dentro do pacote químico e também orgânico, este último para vender pra quem tem muito dinheiro. Nesse modelo chamado agricultura familiar os camponeses são explorados, alienados, e perdem totalmente sua autonomia, sua cultura, conhecimentos e valores trazidos por gerações. Para dar sustentação a isso está sendo criado um sistema político e ideológico que passa por programas do governo (PRONAF), cursos profissionalizantes, universidades, meios de comunicação, até a Embrapa, que direcionam suas pesquisas e programas para o agronegócio. Assim a agricultura camponesa fica relegada a 2º plano. Nenhum governo tem ação no sentido de fortalecê-la. (III encontro nacional do MPA. *Plano camponês por soberania alimentar e poder popular*, 2009).

Na direção para aplicar o projeto político de uma agricultura camponesa e agroecológica, uma das ações práticas do MPA tem sido a de estimular a recuperação das sementes crioulas e do saber popular como estratégias de fortalecimento da autonomia dos agricultores. Segundo o documento denominado *Plano Nacional de Sementes Crioulas*:

É importante que as famílias guardiãs de cada variedade sejam de diferentes regiões do Estado, de modo que se diminui o risco de perder a variedade por seca ou outros problemas; devemos buscar a produtividade das variedades, mas também a capacidade de produção em consorciamentos; garantir a diversificação das sementes, espécies e variedades, sem perder qualidade e identidade de cada uma; organizar grupos de produção nas comunidades para garantir ter um volume de produção e garantir o não cruzamento das diferentes variedades cultivadas pelas famílias; é fundamental trabalharmos a transição à agroecologia, cuidar do solo, melhorar a sua saúde. Sem um solo com saúde será muito difícil produzir; devemos obrigar que quem tenha que se adequar para não contaminar as sementes seja quem planta os transgênicos e não as famílias que plantam o crioulo. (Construindo o novo caminho da roça: plano nacional de sementes crioulas rumo à soberania genética. MPA, julho de 2012).

Uma ação prática do MPA neste sentido foi a criação da Cooperativa OESTEBIO. Localizada no Extremo Oeste do Estado de Santa Catarina, especificamente na cidade de São Miguel do Oeste, a OESTEBIO é uma

cooperativa de processamento e comercialização de produtos agrícolas produzidos pelos agricultores associados ao MPA. A cooperativa realiza o trabalho de recuperação, produção e distribuição de sementes crioulas e varietais, a partir de uma parceria com as instituições de pesquisa agropecuária como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e a EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina).

Ações como a desta cooperativa tem em vista a viabilização da perspectiva de autonomização dos agricultores de base familiar. A organização do resgate das sementes crioulas, sua reprodução e distribuição para os agricultores visa romper com a dependência criada em relação à indústria de sementes e insumos. Esta estratégia faz parte do projeto político de contraposição ao controle exercido pelas grandes corporações do agronegócio no que diz respeito ao domínio das sementes, pois, desde as sementes híbridas até as transgênicas na atualidade, foi estabelecido um processo de dependência econômica que restringe a autonomia e a própria sustentabilidade das formas familiares de produção.

Em relação à agroecologia, pode-se dizer que o MPA tem empreendido esforços na direção desta forma de produção. As dificuldades técnicas, de mercado, de logística e operacional ainda são grandes e sua superação exigirá muitas jornadas. Uma das técnicas utilizadas, já de acordo com a perspectiva agroecológica, é a do consorciamento de plantas. O consorciamento consiste na articulação entre o espaço e as atividades na qual se engendra uma espécie de modelo insumo-produto em que cada espaço/atividade gera insumos para outros espaços/atividades (WOORTMANN, 2009, P.120).

A ideia de uma agricultura camponesa com base agroecológica¹² é de que esta “não se trata apenas de uma forma de produzir, mas de um jeito de viver”. O ser e o fazer camponês, tal como se apresenta nas construções discursivas do MPA, demanda a elaboração de novas formas de relações sociais, econômicas e socioambientais. Produzir de acordo com a perspectiva agroecológica e camponesa, por implicar no uso intensivo de mão de obra familiar, cria a

¹² A agroecologia em sua dimensão técnico-produtiva envolve algumas características como a diversidade e continuidade espacial e temporal das culturas, a policultura, o uso ótimo do espaço e dos recursos, a reciclagem de nutrientes que enriquecem o solo, a conservação da água, o controle da sucessão e proteção das culturas (ALTIERI, 1989, P.88).

necessidade de se construir de relações comunitárias baseadas na reciprocidade e na ajuda mútua.

Conforme o *Plano Camponês* do MPA:

A produção envolve dois eixos: os sistemas camponeses de produção, e as agroindústrias. Quando falamos nos Sistemas Camponeses de Produção, estamos nos referindo a todos os elementos que precisamos desenvolver e fortalecer em relação à produção, desde a produção de sementes, de oleaginosas, leite, de alimentos em geral, até as agroflorestas e a adubação verde e orgânica. Já as agroindústrias se relacionam com os produtos fabricados a partir dessa produção que precisam de algum tipo de processamento para ser comercializado, como o leite e seus derivados, o mel, o café, óleos, erva mate, derivados da cana, embutidos e defumados. Nós queremos uma produção saudável, limpa, e meios de comercialização diretos com o consumidor, garantindo preço justo para quem vende, e para quem compra (...) Todo camponês deve saber viver em comunidade. Deve construir elos unificados e fatores de resistência. Para isso, é importante garantir algumas estruturas comunitárias, espaços coletivos que podem ser utilizados pelas famílias da comunidade. Escolas também são espaços importantes para a vivência comunitária. Além disso, desenvolver trabalhos coletivos como troca de dias de trabalho e mutirões, são ações que ajudam a todos, envolvem cooperação e solidariedade, e ajudam na união da comunidade, construindo assim fatores de resistência. (<https://mpabrasiles.wordpress.com/plano-campones/>)

Como se pode notar, as proposições políticas do MPA buscam um caminho contrário à indução da individualização da vida social no espaço rural promovida pela agricultura moderna. O sistema de produção camponês agroecológico deve harmonizar a relação do homem com a natureza, bem como (re) estruturar novas formas de sociabilidade. Neste sentido, reforça a especificidade da produção camponesa agroecológica em relação às experiências agroecológicas comerciais baseadas na relação capital-trabalho.

Outra ação alternativa promovida pelo MPA, no Estado do Rio de Janeiro, foi o programa *Cesta Camponesa*. Este consiste em uma estratégia de comercialização dos produtos dos agricultores camponeses através da Internet. Para romper com a lógica dos mercados convencionais, nos quais o produto do agricultor é adquirido por uma agroindústria e distribuído por redes de supermercados para depois chegar até o consumidor, os agricultores do MPA desse Estado buscam vender o produto de forma direta ao consumidor.

Seguindo a lógica de outros movimentos mundiais nos mercados alimentares como o *Fresh Food* e o *Local Food*, a Cesta Camponesa busca aumentar a margem de lucro dos agricultores e, ao mesmo tempo, reduzir o preço dos alimentos orgânicos e agroecológicos ofertados aos consumidores. Neste programa, o consumidor faz uma espécie de cadastro, escolhe e encomenda os produtos que serão disponibilizados nos polos mais próximos da sua casa.

Experiências como a da Cesta Camponesa fazem parte do projeto político de integração campo/cidade idealizado pelo MPA. A ideia central deste projeto é de que a classe camponesa deve produzir alimentos saudáveis para a classe trabalhadora urbana.

Conforme programa apresentado no Congresso Nacional em 2015:

O sistema agroalimentar da sociedade capitalista estabelece duras condições de produção para as famílias camponesas, com baixa remuneração, através da integração à indústria, do fornecimento de insumos e da compra da matéria prima a baixos preços, retirando a renda da terra das mãos dos camponeses e por outro lado, incentivando a produção através do modelo tecnológico com base em monocultivos, uso de adubos químicos e agrotóxicos, fazendo chegar nas mãos dos consumidores (trabalhadores urbanos) um alimento de baixa qualidade nutricional, contaminado com agrotóxicos e muitas vezes superprocessados, sendo causa de obesidade ou má nutrição e são conduzidos a um padrão alimentar pensado em função do lucro das empresas. Diante deste quadro na questão dos alimentos, o Movimento dos Pequenos Agricultores propõem a “Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar” (...). Os camponeses querem produzir alimentos saudáveis para alimentar o povo, os trabalhadores urbanos querem ter acesso a este alimento saudável a preços justos. Para tanto é preciso construir uma aliança de classe, capaz de recriar um sistema de abastecimento popular de alimentos, aproximando quem efetivamente produz para a alimentação da classe que vive do trabalho, mas não produz o alimento, retirando o atravessador desta relação. Para tanto é preciso desenvolver a organização camponesa e urbana, pensar a logística, etc.

Portanto, o trabalhador urbano precisa sair da condição cômoda de consumidor, para ser sujeito no sistema agro alimentar. Isso o coloca a necessidade de se organizar como consumidor, em grupos informais, em cooperativas, etc. Os camponeses precisam organizar a produção, a agroindustrialização e o transporte dos alimentos, mas a distribuição nas cidades deve ser tarefa dos trabalhadores urbanos organizados. Esta organização urbana e camponesa, articulada como classe trabalhadora em torno da questão alimentar, deve estar envolta de mística e de concepção de luta de classe, pois este processo só avançara em um contexto de enfrentamento ao sistema agroalimentar controlado por grandes empresas multinacionais. (<http://mpabrasil.org.br/2106-2/>)

O Congresso Nacional do MPA de 2015, com o tema “*Plano Camponês, Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar*”, foi estrategicamente realizado em São Bernardo do Campo, cidade referência na história do movimento operário brasileiro¹³. Além de ambicionar uma luta política ampla, a articulação entre “a classe camponesa” e a classe operária visa romper com o sistema agroalimentar, isto é, com a estrutura de produção, distribuição e consumo vigente na qual as classes trabalhadoras, em geral, consomem os alimentos produzidos com intenso uso de agrotóxicos.

A utopia política do MPA consiste na construção de novos sujeitos constituídos a partir de uma identidade de classe. O camponês deve ser um sujeito autônomo que produz alimentos sob orientação da agroecologia; o trabalhador urbano deve romper com sua acomodação em relação ao mercado. A disposição social desses sujeitos, críticos e autônomos, fortaleceria a democratização da sociedade e possibilitaria a construção de novas formas de relações sociais, quiçá pautadas na confiança, na reciprocidade e na solidariedade.

Considerações finais

A presença de um movimento social em determinado contexto é uma expressão dos embates sociopolíticos existentes na sociedade. O MPA foi formado para atender as demandas dos agricultores de base familiar mais precarizados no início da década de 1990 e, com o passar do tempo, foi se reconstruindo na direção do projeto político e identitário de uma agricultura de base familiar, camponesa e agroecológica.

Ao assumir tais perspectivas políticas, o movimento coloca-se em uma posição bastante peculiar dentro do campo sociopolítico da agricultura brasileira. Por um lado, faz uma oposição clássica à ideologia do agronegócio e aos segmentos que sustentam uma visão essencialmente econômica da agricultura. Por outro, coloca-se em uma posição de crítica e conciliação em relação aos

¹³ Nesta cidade emergiu um importante movimento de resistência operária durante a década de 1970. Sendo um dos principais polos industriais do país, no Estado de São Paulo, os operários do setor metalúrgico travaram uma luta por autonomia sindical e por melhorias nas condições de trabalho em plena ditadura Militar. Além de mostrar resistência à exploração do trabalho e à própria ditadura política, os operários fundaram a Central Única dos Trabalhadores –CUT–, marco da autonomia sindical no Brasil, e projetaram Luís Ignácio Lula da Silva, que na década de 2000 tornou-se presidente da república.

demais segmentos que representam a agricultura de base familiar. Esse posicionamento comporta momentos de oposição e momentos de alianças. Tal mobilidade deve-se a necessidade de fortalecer suas demandas políticas sem perder as peculiaridades identitárias que constituem o movimento.

Ao assumir a posição política e identitária da agricultura camponesa e agroecológica, nos termos de sua articulação discursiva, o MPA busca demarcar um campo bastante específico de identificação sociopolítica na relação produção/aquisição de alimentos. A cisão alimentos agroecológicos/alimentos convencionais (agrotóxicos, transgênicos) parece ser insuficiente, diante da entrada de grandes empresas na produção agroecológica. Assim, a ênfase na dimensão camponesa de sua produção agroecológica e sua respectiva configuração de classe busca demarcar uma especificidade dentro da própria especificidade, isto é, construir a ideia de que a agroecologia camponesa é mais autêntica e voltada para os trabalhadores urbanos.

Referências Bibliográficas

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

BALSADI, Otávio Valentim, et al. **Transformações Tecnológicas e a Força de Trabalho na agricultura Brasileira no Período 1990-2000**. Agric. São Paulo, 2002. P. 23-40.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOSETTI, Cleber José. **Perspectivas de desenvolvimento rural em disputa no Brasil**. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2013.

BUAINAIN, Antônio Marcio. Modelo e principais instrumentos de regulação setorial: uma nota didática. In: RAMOS, Pedro et al. **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: MDA, 2007

CADONÁ, Célio Valdemar. **Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA): o novo nasce das estradas**. Dissertação de Mestrado. Ijuí-rs: UNIJUÍ, 2004.

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, neoliberalismo e agricultura. In: COSTA, Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges e SANTOS, Raimundo. **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad x, 2008.

DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, liberalização comercial e agricultura familiar: a experiência brasileira das décadas de 1980-1990. In: BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio Pereira. **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

ELLIS, Frank. **Peasant economics: farm households and agrarian development**. Cambridge University Press, 1993.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GUANZIROLI, Carlos. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Geramond, 2001.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estratégia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de cultura econômica. 1985.

_____ **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social**.

<http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs>, 2008.

LEWER, Rafael Fernando. **O campesinato no país do agronegócio: estratégias de reprodução do Movimento dos Pequenos Agricultores**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Fronteira Sul, Chapecó, 2016.

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert. **O Brasil Desde 1980**. São Paulo: a Girafa Editora, 2007.

MALIN, Mauro. Agricultura e Reforma Agrária. In: LAMOUNIER, Bolívar e FIGUEREDO, Rubens. (org). **A Era FHC**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Ubelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Sindicalismo da agricultura familiar e agroecologia no alto Uruguai- RS. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, número 24, p.153-172, jul/dez, 2011.

PLOEG, Jean Douwe Van Der. I contadini: fra pasato o futuro. http://www.jandouwevanderploeg.com/2/ITA/doc/I_CONTADINI.pdf, 2005.

SABORIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Ricardo Menezes. A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA): por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil. **Revista NERA**. Presidente Prudente Ano 19, nº. 31 pp. 10-31 Mai-Ago./2016

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Revista NERA**, Ano 08, n. 07; Julho/dezembro de 2005.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18, No 51. Fevereiro de 2003.

SILVA, Andrey. **Os movimentos sociais campesinos nacionais e a garantia dos direitos do cidadão brasileiro**. Seminário Nacional de Teoria Marxista. Uberlândia, 12 a 15 de maio de 2014.

WOORTMANN, Ellen. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, Emilia Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN; Rosa Acevedo (orgs). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Vol II. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009.

<http://portalqc.com.br/noticia/14095/oestebio--uma-cooperativa-que-acredita-nesta-cidade>.

WWW.MPA.org.br